

Contextualismo Justificacionista: uma nova resposta ao problema do regresso epistêmico

Justificationist Contextualism: a new response to the epistemic regress problem

Tiegue Vieira Rodrigues*

Resumo: Neste artigo eu ofereço uma nova abordagem para resolução do problema do regresso epistêmico. Tal problema pode ser considerado um dos mais tradicionais problemas em epistemologia, que nos segue desde a Antiguidade. As teses tradicionais que tentam responder a esse problema tem dificuldades ainda não respondidas satisfatoriamente, fato que, inicialmente, serve de motivação para a procura de uma nova resposta. Primeiramente, apresento o problema do regresso epistêmico e as respostas tradicionais oferecidas à sua resolução. Como veremos, todas elas apresentam problemas sérios que comprometem a plausibilidade das mesmas, a saber: (i) não respondem adequadamente quando é apropriado interromper o regresso, e (ii) não especificam ou determinam o grau de justificação requerido para o conhecimento. Em seguida, argumentarei em favor da tese que chamarei de “Contextualismo Justificacionista”, mostrando que ela consegue responder adequadamente a (i) e (ii).

Palavras-chave: Regresso epistêmico. Contextualismo. Justificação. Conhecimento. Estrutura das razões.

Abstract: In this paper I offer a new approach for solving the epistemic regress problem. The regress problem is one of the most traditional problems in epistemology and dates back the ancient philosophy. The traditional arguments that attempt to address this problem have difficulties that were not yet answered satisfactorily, a fact that, initially, serves as a motivation for seeking a new response. First, I present the regress problem and the traditional responses offered for its resolution. As we will see all of them have serious problems that undermine their plausibility – namely, (i) do not respond properly when it is appropriate to stop the regress and (ii) do not specify or determine the degree of justification required for knowledge. Then I will

* Professor colaborador na Pucrs, onde realiza estágio Pós-Doutoral (bolsista do PNPd). Doutor em Filosofia. Porto Alegre, RS. *E-mail:* tieguevieira@gmail.com

argue in favor of the thesis that I will call “Justificationist Contextualism” showing that it can respond appropriately to (i) and (ii).

Keywords: Epistemic regress. Contextualism. Justification. Knowledge. Structure of reasons.

O problema do regresso epistêmico

Na busca pelas condições que regem o processo de justificação (ou racionalidade) um problema central que se apresenta – talvez um dos maiores problemas em epistemologia juntamente com o problema do ceticismo – é o conhecido problema do regresso epistêmico.¹ Normalmente alegamos que uma crença é racional (justificada) para um determinado sujeito quando ele crê com base em boas razões, razões que suportam adequadamente crenças a ela relacionadas, conferindo-lhes a justificação necessária. A formatação – que essa cadeia de razões deveria ter – oportuniza a formulação do argumento do regresso. Corroboramos a afirmação feita por Bonjour (1985), de que a discussão acerca do regresso epistêmico seja “talvez a mais nevrálgica de toda a teoria do conhecimento”.² Acredito essencialmente que a grande maioria (se não todas), das teorias sobre justificação epistêmica foram motivadas de alguma maneira por esse problema.³

A elaboração desse problema remonta à Antiguidade clássica, enquanto alguns atribuem a Aristóteles outros atribuem a Sexto Empírico. De qualquer modo, o problema foi reafirmado por Agripa, ficando conhecido também como Trilema de Agripa. Embora esse problema seja um dos mais antigos problemas epistemológicos, sua resolução ainda é motivo de grande debate. Uma resposta apropriada para o problema do regresso, como o entendemos, deveria ser capaz de explicar: (i) quando e de que forma é apropriado interromper (ou parar) o regresso, e (ii) qual seria o grau adequado de justificação para o conhecimento.

¹ Acreditamos que esse rótulo, na verdade, não é adequado, pois não captura a essência do problema. Esse rótulo pode ser compreendido como motivação para uma tese específica (Fundacionalista) contra outra tese (Infinitista) no que se refere ao problema da estrutura das justificações.

² Bonjour (p. 18). “Perhaps the most crucial in the entire theory of knowledge.” Todas as traduções são nossas.

³ Audi aponta à importância do problema do regresso epistêmico “na motivação de ambos fundacionalismo e coerentismo”. (AUDI, 1993, p. 10).

O argumento do regresso ressalta que aquilo que faz com que uma crença seja justificada, ao menos nos casos típicos que podem ser enquadrados dentro de uma análise tradicional do conhecimento, são outras crenças, e essas, por sua vez, também necessitariam de justificação. Assim, tal argumento pode ser entendido da seguinte maneira: Imagine que um sujeito, S, crê que P, uma proposição empírica qualquer. Para manter sua crença de que P, S precisaria oferecer uma boa razão, digamos R, em favor de P. No entanto, R, para contar como uma boa razão para P, também precisaria, ela mesma, de uma razão, digamos R_2 , e, assim, sucessivamente *ad infinitum*.

Uma importante observação, pela qual o argumento tem seu início, é de que a justificação, ou seja, aquilo que torna uma crença justificada nada mais é, em casos normais, do que outras crenças, ou, dito de outro modo, simplesmente razões. Focando o pensamento de maneira mais aguda nessa observação, é que o problema começa a aparecer. Ao percebermos o fato de que a justificação para uma crença são razões (ou outras crenças) e que essas razões, elas mesmas, não possuem justificação, é possível perceber que as crenças que dependem dessas razões para estarem justificadas se encontram numa posição semelhante àquelas crenças que não têm justificação alguma, a saber, não estarem justificadas.

Algumas distinções terminológicas se fazem necessárias para que se compreenda melhor o que recém foi colocado. Ao longo da tradição, dito num sentido lógico, dois são os tipos possíveis para crenças justificadas, a saber: crenças justificadas inferencialmente e crenças justificadas não inferencialmente (ou imediatamente justificadas ou básicas). Crenças justificadas inferencialmente são aquelas crenças cuja justificação dependerá de outras crenças. Contrariamente, crenças justificadas não inferencialmente não dependem de outras crenças para obterem seu *status* de justificadas. Crenças inferenciais também são frequentemente pensadas analogamente como formando uma cadeia ou corrente de razões, isto é, uma estrutura sequencial de crenças em que cada uma das crenças é justificada pela sua predecessora. Um exemplo poderia ser representado da seguinte maneira (onde C representa a minha crença que necessita de justificação, R representa as (crenças) razões em favor de C, e a flecha representa a relação de suporte inferencial entre as razões): $C \leftarrow R_1 \leftarrow R_2 \leftarrow R_3 \leftarrow R_4 \leftarrow R_5 \leftarrow R_6 \leftarrow R_7 \leftarrow R_N$.

Tradicionalmente, existem três formas estruturais principais nas quais essas cadeias de razões poderiam ser consideradas. A primeira forma seria uma sequência infinita de razões em que para cada passo haveria uma razão

anterior. Porém, poderíamos nos perguntar sobre a possibilidade de haver uma cadeia infinita de crenças justificadas. A segunda cadeia consistiria em uma sequência circular, assim, caso as razões pudessem ser rastreadas de modo apropriado, eventualmente poderíamos encontrar a própria crença que deu início à cadeia. Mas como poderia uma crença ser justificada se sua justificação depende dela mesma (*petitio principii*)? A terceira seria uma cadeia de razões que realmente possuiria um início, e esse se daria mediante crenças básicas. No entanto, poderíamos questionar a possibilidade de uma crença ser justificada sem o suporte de outras crenças. Uma quarta forma que ainda poderia ser descrita versa sobre uma cadeia de razões em que a crença inicial seria uma crença injustificada. Contudo, também seria problemático e não faria nenhum sentido pensar em crenças justificadas se as crenças que lhes dão suporte são elas mesmas injustificadas.

O fato de que nenhuma teoria, das quais veremos mais adiante, parece ser capaz de oferecer uma resposta adequada para o problema do regresso se deve ao fato de que, no meu entendimento, o problema do regresso é mais bem-compreendido como sendo uma questão de ordem prática, mais precisamente, uma questão de como agentes epistêmicos responsáveis deveriam responder ao problema.⁴ Assim, independentemente de qual teoria sobre justificação proposicional adotarmos, parece que apenas uma forma de teoria sobre justificação doxástica seria adequada para uma resolução do problema do qual estamos tratando aqui. Essa perspectiva deve, obrigatoriamente, levar em consideração o caráter social da justificação, bem como os padrões de justificação socialmente empregados.⁵ Veremos, a seguir, uma diferenciação entre esses dois tipos de justificação.

Justificação proposicional e justificação doxástica

Os epistemólogos, tradicionalmente, distinguem justificação proposicional de justificação doxástica. Justificação *proposicional* é a justificação referente aos conteúdos proposicionais de estados de crença. Assim, ela implica uma propriedade epistêmica relativa às proposições e

⁴ Uma exposição completa sobre uma visão sobre responsabilidade epistêmica está muito além das nossas pretensões neste texto. Contudo, estarei considerando que um agente epistêmico atua com responsabilidade epistêmica quando esse agente examina cuidadosamente suas crenças, a fim de determinar quais, no caso de haver alguma, são dignas de serem mantidas no seu sistema de crenças.

⁵ Ver Cohen (1987) e Annis (1978) para uma defesa da importância que fatores sociais desempenham na determinação da justificação e do conhecimento.

não aos estados de crença. Por outro lado, justificação *doxástica* é a justificação concedida para crenças, mais precisamente, estados de crença. Consideremos o exemplo a seguir.

Imaginemos dois jurados, Sr. Sabetudo e Sra. Sabenada, deliberando sobre o caso do goleiro Bruno. Ambos os jurados têm cumprido seu papel e prestado muita atenção em todas as evidências apresentadas no julgamento. Assim, ambos os jurados possuem boas razões para acreditar que Bruno é culpado, o que de fato ele é. Agora, suponha que o Sr. Sabetudo crê na culpa de Bruno com base nas evidências apresentadas no decorrer do julgamento, e a Sra. Sabenada, apesar de possuir as mesmas evidências, crê na culpa de Bruno simplesmente porque ele parece suspeito. Nesse caso, o Sr. Sabetudo sabe que Bruno é culpado, enquanto a Sra. Sabenada não. A diferença entre os dois jurados é que o Sr. Sabetudo crê na culpa de Bruno com base nas boas evidências que ele possui, enquanto a Sra. Sabenada não, pois ela crê na culpa do réu baseada na mera suposição e não com base nas boas evidências que ela também possui.

Esse exemplo ilustra uma ampla e difundida visão, a saber, de que a relação de apoio (suporte evidencial) é o que distingue justificação proposicional de justificação *doxástica*.⁶ Para ambos os jurados, a proposição “Bruno é culpado” é justificada proposicionalmente, pois ambos possuem boas razões, evidências, para crer que o réu é culpado. No entanto, somente o Sr. Sabetudo está justificado *doxasticamente* em crer na proposição “Bruno é culpado”, pois, diferentemente da Sra. Sabenada, sua crença é formada e baseada nas razões que ele possui. Conhecimento requer justificação *doxástica*, e isso explica o motivo pelo qual o Sr. Sabetudo sabe que “Bruno é culpado”, e a Sra. Sabenada não.

Para uma grande variedade de epistemólogos, e que poderíamos chamar de “visão padrão”, o exemplo mencionado parece suportar a seguinte tese: se P é justificada proposicionalmente para S devido ao fato de S possuir boa evidência R, e S crê que P com base nessa evidência R, então a crença de S em P é justificada *doxasticamente*. Vejamos alguns exemplos de autores que parecem endossar essa tese.

Feldman afirma: “A crença de S de que P no tempo T é [doxasticamente] justificada se e somente se (i) crer que P é justificado para S em T; (ii) S crê

⁶ Existem diferentes maneiras de distinguir esses termos. Alguns utilizam crença “justificável” contra crença “justificada”, ou ainda, “estar em posição de crer justificadamente” contra “crer justificadamente”.

que P com base em evidência que suporta P”. (2002, p. 46). Kvanvig (2003, seção B1) comenta que a “justificação doxástica é o que você adquire quando você acredita em algo para o qual você possui justificação proposicional, e você baseia sua crença naquilo [razões] que proposicionalmente a justifica”. Pollock e Cruz (1999, p. 35-36) também descrevem algo parecido: “Para se estar justificado em crer em alguma coisa não é meramente suficiente ter boa justificação. Alguém poderia ter boa justificação à sua disposição, mas nunca fazer a conexão. [Nesse caso] o que está faltando é que você não acredita na conclusão com base naquelas [boas] razões”. Alston (1985, p. 190; 2005, p. 90) também parece afirmar algo semelhante, embora haja uma pequena diferença terminológica. Ele distingue entre “ter fundamento adequado” e crer “com base nesse fundamento adequado”. Ele alega ainda que “é conceitualmente verdadeiro que alguém esteja justificado em crer que P se e somente se sua crença de que P é baseada em um fundamento adequado”.

Embora não vamos tratar especificamente dessa questão aqui, coisas similares parecem ser ditas sobre o conhecimento, mais precisamente, no que se refere ao princípio de fechamento e é importante manter isso em mente. Na sua discussão sobre o contextualismo e ceticismo, Cohen (1999, p. 62) considera o seguinte princípio de fechamento: Se S sabe que P, e S sabe que P implica Q, então S sabe que Q. Segundo ele, “é evidente que S pode não crer que Q ou S pode não crer que Q com base na implicação, mas S continuaria em posição de saber Q. Ou seja, tudo que S deveria fazer para saber Q seria crer com base na implicação”. Nesse caso, Cohen parece corroborar a tese de que para saber que Q você precisa crer que Q com base nas boas razões que você possui para Q.

Respostas tradicionais ao problema do regresso epistêmico: Fundacionalismo, Coerentismo e Infinitismo

A teoria fundacionalista alega que a cadeia de razões tem início com uma crença capaz de justificar outras crenças, mas que não precisa, ela mesma, ser justificada, isto é, sua justificação não advém de nenhuma outra crença. Tais crenças são chamadas *crenças básicas* ou *não inferenciais*. De acordo com essa teoria, uma cadeia de razões deve, em última análise, estar fundamentada em crenças básicas. Desse modo, o fundacionalismo pretende parar o regresso das razões, alegando que existe um tipo particular de crenças, para as quais seria inapropriado pedir sua justificação. Consequentemente, de acordo com a proposta fundacionalista, uma crença é justificada, cabe

salientar aqui, proposicionalmente se e somente se: primeiro, é uma crença básica, ou sua justificação se deve ao suporte oferecido por uma crença básica; segundo, é justificada por uma cadeia de razões que, por sua vez, é justificada por uma ou mais crenças básicas.⁷

Imaginemos o seguinte diálogo entre Sid e Sara, respectivamente, um fundacionalista e uma cética. Imagine que Sid afirma crer que P, e Sara questiona as razões que Sid possui para P. Sid oferece a razão R como suporte para P. Esse processo continua por alguns minutos até que Sid oferece o que ele acredita ser uma crença básica, B. Como uma boa cética, Sara pergunta sobre as razões de Sid para B. Sid, como um bom fundacionalista, responde que não há nenhuma razão disponível para B, ou melhor, B não necessita de razões para sua justificação. Uma crítica é lançada sobre o fundacionalismo a partir desse exemplo. (BONJOUR, 1985; KLEIN, 2007a). Um agente epistemicamente responsável, nesse ponto da conversa, não ficaria satisfeito com a resposta de Sid. Suponha que sozinho, conversando consigo mesmo, introspectivamente (com sua consciência responsável), ele pense: “Sid isso parece misterioso, arbitrário. Por que pensar que parar em B é permitido quando por inúmeras vezes foram requeridas razões?” Sara teria colocado as mesmas questões, no entanto, ela é muito educada e dotada de um louvável bom-senso. Mas Sid entende o problema, seria misterioso parar em B, ao menos, que Sid tivesse alguma razão para crer que B possui alguma propriedade, P, que confere justificação proposicional para B. Independentemente do que seja essa propriedade e assumindo que Sara conceda que B possui a propriedade P, ainda poderia ser colocada a seguinte questão: são as proposições com tal propriedade mais prováveis de serem verdadeiras? Aqui, Sid parece ter apenas três alternativas como resposta: (1) proposições com P não são prováveis de ser verdadeira; (2) a probabilidade de que proposições com a propriedade P sejam verdadeiras ou falsas é a mesma; (3) proposições com a propriedade P são mais prováveis de serem verdadeiras.

Parece que a única opção que interessa para Sid seria a opção (3), pois ele quer continuar a crer em todas as proposições sustentadas por B e para isso ele precisa assumir que proposições com a propriedade P são mais prováveis de serem verdadeiras. Consequentemente, ao querer agir de modo epistemicamente responsável – o que parece adequado em todos os sentidos –

⁷ Alguns filósofos defendem que estados mentais advindos das minhas percepções, como no caso de minha sensação de dor causam a crença de que tenho dor e também a justificam.

o objetivo de parar o regresso não foi atingido. O regresso continuaria, pois Sid parece ter localizado uma excelente razão para crer que P é verdadeira. Desse modo, o fundacionalista não é capaz de parar o regresso das razões, pois, se Sid tem de ser epistemicamente responsável pelas suas crenças, ele terá de oferecer uma razão para a crença de que B é verdadeira, o que nos mostra que o fundacionalismo não oferece uma adequada resposta para o problema do regresso.

O Coerentismo, ao contrário do Fundacionalismo, nega a existência de uma classe de crenças básicas. Grosso modo, ele sustenta a ideia de que uma crença é justificada em virtude do modo pelo qual ela se relaciona com as demais crenças do sistema de crenças de um agente doxástico. Mais precisamente, a justificação proposicional (suportada pela ideia de coerência) advém do apoio mútuo compartilhado entre as crenças que compõem um sistema coerente de crenças, como uma espécie de teia de razões, encerrando, desse modo, o regresso. Portanto, de acordo com a visão coerentista, todas as proposições de um sistema coerente, mantido por S, são justificadas por serem membros desse sistema coerente de proposições que, por sua vez, são o conteúdo das crenças mantidas por S. Nesse caso, a propriedade P é dada a uma proposição simplesmente pelo fato de ela ser membro de tal sistema. Poderíamos empregar a mesma ideia utilizada no exemplo anterior, para oferecer uma crítica à justificação doxástica oferecida pelo Coerentismo. A probabilidade de que sistemas coerentes de proposições contenham membros verdadeiros é maior? Não obstante isso, as objeções mais comuns levantadas contra o Coerentismo são as seguintes: primeiro, ele apresenta uma má-circularidade, pois, em última análise, ocorre uma petição de princípio (*question begging*) em que a crença de que P acaba servindo de suporte para ela mesma; segundo, a coerência de um sistema de crenças não é, sozinha, suficiente para garantir justificação, racionalidade. Assim, como o fundacionalista, o praticante coerentista não consegue adequadamente responder ao regresso.

Segundo Klein (1999, 2003, 2005a, 2005b, 2007a, 2007b), o Infinitismo é a única visão capaz de reforçar a credibilidade de uma proposição (não evidente). A tese infinitista afirma que a cadeia de razões deve ser infinita e não repetitiva, isso aplicado à justificação proposicional. Segundo essa tese, não há nenhum problema em considerarmos que para que P seja justificada proposicionalmente possa haver uma cadeia infinita de razões.⁸ A intuição por trás dessa ideia é a de que uma vez que justificação

⁸ Klein utiliza uma série de pressupostos como o de prioridade epistêmica, que infelizmente não apresentaremos aqui. Para maiores detalhes, ver Klein (2007a).

pode dar-se em graus, quanto mais justificação uma crença obter melhor será o *status* epistêmico que ela possuirá. Com relação à justificação doxástica, embora ancorada de certo modo na proposicional, ela não pode e não precisa ser infinita. Padrões determinados contextualmente determinam quando as razões oferecidas foram ou não suficientes.⁹ Uma crítica que é normalmente disparada contra o Infinitismo é que as proposições nunca estão justificadas adequadamente, já que a cadeia de razões é infinita e nunca pode ser completada.

Outro fato importante é o modo como, primeiramente, essas teorias concebem a justificação. Para o Fundacionalismo a justificação é transferencial, ou seja, ela é transferida inferencialmente pela cadeia de razões. No entanto, poderíamos questionar como, afinal de contas, o *status* justificatório foi introduzido nessa cadeia. A resposta fundacionalista é de que a crença básica, de alguma maneira, desempenha esse papel. O Coerentismo e o Infinitismo possuem uma concepção diferente; para elas; a justificação emerge a partir de uma cadeia de razões estruturada de modo específico, ou seja, é o próprio fato de a cadeia de razões se encontrar nessa disposição que faz emergir a justificação para todas as crenças que pertencerem a tal cadeia. No caso do Coerentismo, essa cadeia tem de ser coerente, isto é, onde todas as crenças gozam de um suporte mútuo. Já para o Infinitismo, essa cadeia tem de ser infinita e não repetida.

Como podemos perceber, todas as teses apresentadas apresentam problemas que parecem estar longe de serem resolvidos; além disso, nenhuma dessas concepções oferece uma resposta apropriada para (i) e (ii).¹⁰ Vejamos agora de que maneira uma teoria contextualista pode oferecer vantagens na explicação de tais problemas.

Contextualismo justificacionista

O que é o Contextualismo?¹¹ O termo *contextualismo* diz respeito a um amplo escopo que abrange uma variedade de teses distintas. Evidentemente, tais teses possuem um ponto de partida comum, a saber, a intuição de que o contexto e os padrões por ele determinados desempenham

⁹ Em Klein (2007a), ele responde ao argumento das mentes finitas e outros, bem como defende uma posição de crenças disposicionais.

¹⁰ De maneira geral, a resposta oferecida para (ii) sempre se dá da seguinte maneira: O grau de justificação necessário é sempre tratado com a mais alta probabilidade estatística de condutância da verdade.

¹¹ Daqui em diante, somente *Contextualismo*.

um papel importante em determinar se um agente epistêmico possui, ou não, conhecimento ou justificação. Essa ideia de dependência contextual para determinar os padrões para o conhecimento e/ou justificação é entendida como peça fundamental no fornecimento de resoluções para alguns dos problemas centrais da epistemologia, dentre os quais podemos destacar o problema gerado pelos paradoxos cétricos: o problema da loteria, dentre outros. Será, portanto, na tentativa de resolução desses e de outros dilemas epistemológicos que essas teses começam a divergir entre si, assumindo características específicas.

Podemos, numa primeira aproximação, diferenciar duas formas principais de Contextualismo, a saber: “Contextualismo Semântico” e “Contextualismo Estrutural”. Essa divisão se dá, pois, enquanto a primeira trata sobre as atribuições de conhecimento e justificação, a segunda trata sobre a própria noção de justificação. Assim, o Contextualismo Semântico tem sido acusado de não ser propriamente uma tese epistemológica, enquanto o Contextualismo Estrutural parece melhor se enquadrar em uma análise tradicional do conhecimento. O Contextualismo Semântico é a tese contextualista mais popular e possui defensores como Cohen, Lewis e DeRose. De acordo com esses autores, o Contextualismo é a tese semântica de que atribuições de conhecimento – de instâncias da forma “S sabe que P” – são, de modo muito particular, sensíveis ao contexto. Os autores variam no modo pelo qual essa sensibilidade contextual será explicada. O Contextualismo Estrutural é uma tese menos popular e possui como principal proponente Annis. De acordo com a tese proposta por Annis, o Contextualismo se apresenta como uma alternativa ao Fundacionalismo e ao Coerentismo. Annis propõe uma teoria contextualista sobre a estrutura das razões. No entanto, sua tese é bastante problemática, pois ele acaba por defender a ideia de crenças básicas, cujo contexto seria responsável pela sua basicidade.¹²

Chamarei a tese aqui defendida de “Contextualismo Justificacionista”. O Contextualismo Justificacionista é uma tese segundo a qual os padrões para justificação são determinados pelo contexto no qual o agente doxástico está inserido; assim, a grande maioria das proposições que sabemos ou que nelas cremos justificadamente recebem ou não tal *status* em função de sua relação com um determinado contexto.

¹² Não discutirei essas teorias contextualistas aqui, só as cito para distinguir o uso que farei do termo *Contextualismo*.

Diferentemente das demais teses sobre as estruturas das razões, o Contextualismo Justificacionista não requer nenhuma estrutura específica para a cadeia de justificação proposicional – circular, infinita, fundacional – pois o caráter justificatório é externo, i.e., advém do contexto e não das crenças que compõem a estrutura ou a cadeia de razões. A única exigência é que não exista petição de princípio. Tanto a justificação proposicional quanto a justificação doxástica serão relativas a um contexto determinado, a saber, o contexto no qual o agente doxástico está inserido. Remover o agente do seu contexto pode acarretar a perda total do *status* de justificação e, por conseguinte, de conhecimento exibido pelas proposições criadas por ele. Acreditamos que o Contextualismo Justificacionista é capaz de oferecer uma resposta mais adequada para o problema do regresso epistêmico e, além disso, ele parece oferecer uma explicação adequada para a força ou o grau de justificação requerido para o conhecimento. Considere o seguinte caso.

Nutrição

A: Imagine que Sara e suas amigas nutricionistas estão conversando sobre alimentação e dieta. Em dado momento, Sara asseve P: “Gorduras-trans provocam infarto”. A crença de Sara é baseada em R, o testemunho de um renomado nutricionista que fora televisionado num *talk show* local. Quando questionada sobre a veracidade de P, Sara oferece R.

B: Imagine que Sara se encontra na defesa de sua Dissertação de Mestrado. Em dado momento de seu texto, Sara asseve que P: “Gorduras-trans provocam infarto”. A crença de Sara é, igualmente, baseada em R, o testemunho de um renomado nutricionista que fora televisionado num *talk show* local, e R é também sugerida como razão no texto. Um dos professores da banca a questiona: “Sara, sua razão para asseverar que P é muito fraca. Você possui mais razões para sustentar tal crença?”

Esse caso parece revelar um aspecto comum de nossa prática epistêmica, mais precisamente, no que diz respeito às nossas justificações. Não é controverso entre os epistemólogos o fato de que a justificação, diferentemente do conhecimento, pode ser dada em graus, ou seja, é possível que um sujeito tenha mais ou menos justificação ou que esteja mais bem-posicionado em relação à verdade de uma determinada proposição. Em *nutrição*, na situação A, Sara parece estar justificada em crer que P, pois oferece boa razão para sua crença. Estaríamos, ainda, dispostos a atribuir

conhecimento a Sara, com relação à P, dado que ordinariamente utilizamos esse tipo de razão (ou evidência) como razão para a grande maioria de nossas crenças, além disso, alegamos ter conhecimento sobre tais coisas com base nesse tipo de razão. No entanto, na situação B, alguma coisa diferente parece estar acontecendo. Embora Sara também pareça estar crendo em P com base em R, isso não parece mais estar sendo suficiente para que lhe seja atribuída justificação e, por conseguinte, conhecimento.

Como podemos perceber, não há nada, supostamente, diferente entre a situação epistêmica de Sara em A e em B, ou seja, ela parece se encontrar na mesma posição epistêmica. Mas se ela se encontra na mesma posição epistêmica nas duas situações, então ela deveria estar justificada e saber nas duas situações ou em nenhuma, mas não é isso que as intuições iniciais sobre o caso parecem apontar. Ao contrário, as intuições apontam para o fato de que alguma coisa mudou da situação A para a situação B, e foi essa mudança que fez com que as alegações e atribuições de conhecimento em cada situação divergissem. A ideia é que o que de fato mudou de uma situação para outra foi o padrão de justificação aplicado em cada situação. A situação A parece apontar ou exibir um padrão de justificação mais ordinário, menos exigente, que parece ser satisfeito por Sara. No entanto, em B, o padrão de justificação parece ser consideravelmente mais elevado do que em A, e essa maior exigência do padrão de justificação faz com que se torne mais difícil satisfazê-lo. Em B, dado o alto padrão de exigência para justificação, Sara falha em satisfazê-lo e, portanto, falha em estar justificada e, conseqüentemente, em saber tal proposição.

São inúmeros os casos que poderíamos citar para mostrar a mudança nos padrões de justificação utilizados em diferentes situações, ainda que mantivéssemos fixo um mesmo sujeito S e uma mesma proposição P. Mas se isso é realmente verdadeiro, então existe algo que deve ser levado em consideração para que seja possível determinar quando um sujeito possui ou não justificação e conhecimento, a saber, o contexto de justificação no qual o sujeito está inserido.

Quando, na situação B, o professor questiona a razão R, exibida por Sara, para crer que P, ele quer dizer que se essa é a única razão que ela possui, então ela não satisfaz o contexto no qual ela está inserida e, portanto, não está justificada nem possui conhecimento de que P. O contexto é que fornece o *status* para as crenças mantidas pelo sujeito. Caso Sara fosse capaz de fornecer mais razões em favor de P, até o ponto de satisfazer o padrão de exigência imposto pelo contexto, então, na medida em que isso acontecesse, o contexto renderia justificação para suas crenças. No caso A, o padrão de

justificação imposto por tal contexto é menos exigente e, assim, facilmente satisfeito por Sara; com isso, suas crenças adquirem o *status* de justificadas ou de conhecimento, e o contexto é responsável por conceder tal *status*.

Como sugerido, é o contexto que concede às crenças do sujeito o *status* de justificadas ou de conhecimento. Nesse sentido, o contexto é responsável por estabelecer uma adequada parada ao regresso das razões. Tal parada se estabelece no momento em que o sujeito satisfaz os padrões de justificação que estão sendo exigidos por um determinado contexto. Quando Sara para de oferecer razões para P, isso não implica que ela não possua mais razões, apenas indica que o padrão contextual foi satisfeito, e o fato de ela possuir ou não mais justificação é irrelevante, pois, ao satisfazer o padrão requerido pelo contexto, suas crenças adquiriram o *status* de justificadas, concedido pelo contexto. Um problema poderia ser levantado aqui. Mesmo que o padrão de justificação requerido num contexto fosse satisfeito, a última razão oferecida parece ser infundada, ou melhor, injustificada. O fato de que nenhuma razão a mais foi requerida, num dado contexto, não sugere que ela seja injustificada (pois ela não é, seu *status* de “justificada” foi concedido pelo contexto), apenas estabelece em que momento foi adequado ou apropriado interromper o regresso, e isso, por sua vez, só foi possível contextualmente. Isso não significa que mais razões não poderiam ter sido requeridas e oferecidas, sempre é possível pensar em um contexto no qual os padrões de justificação são mais rigorosos e, nesses contextos, mais razões poderiam ser requeridas e deveriam ser oferecidas.

Mas não existe um grau mínimo ou máximo de razões que deveriam ser apresentadas para que fosse concedido o *status* de justificação ou de conhecimento. Cada contexto apresenta um padrão de justificação diferente e que deve ser satisfeito. Não há um único padrão que possa ser considerado como o “padrão”. A tese do Contextualismo Justificacionista concebe que o *status* de justificação surge no sistema de crenças de um determinado agente doxástico não de modo transferencial – como sugere o fundacionalismo, a partir de uma crença básica que é justificada, porém, não em função de outra proposição. O *status* de justificação surge no sistema de crenças de um determinado agente doxástico se ele corresponde aos ou satisfaz os padrões de justificação determinados pelo contexto no qual ele está inserido, isto é, se o sistema de crenças do agente satisfaz ou corresponde ao padrão contextual, ele automaticamente recebe o *status* de “justificado”. O fator que nos permite fazer tal parada no processo de dar razões é, portanto, determinado contextualmente – o contexto determinará quando é, ou não, apropriado que se interrompa o regresso.

Além de oferecer uma parada adequada para o problema do regresso das razões, a tese do Contextualismo Justificacionista também oferece uma explicação adequada para a força ou o grau de justificação requerido para o conhecimento. Frequentemente, ao analisarmos alguns casos epistêmicos nós nos questionamos se as justificações oferecidas ou exibidas por um determinado indivíduo são suficientemente fortes ou se exibem um grau adequado para que o *status* de conhecimento possa ser atribuído. O grande problema é estabelecer de modo preciso qual deve ser a força epistêmica ou o grau de justificação adequado para o conhecimento. A tese mais comum, em epistemologia, sugere que a força epistêmica e/ou o grau de justificação deve ser o mais alto possível. Mas isso parece entrar em conflito com a nossa intuição de que conhecemos grande parte das coisas que, ordinariamente, alegamos conhecer, uma vez que os padrões que utilizamos ordinariamente são mais baixos, como aqueles exibidos na situação A, no exemplo da *nutrição*.

A tese contextualista aqui apresentada parece oferecer uma resposta adequada a essa questão, a saber, o grau de justificação ou a força da posição epistêmica exibida pelo sujeito a fim de que a ele possa ser atribuído conhecimento é estabelecida pelo contexto no qual ele está inserido. Num contexto ordinário, o grau de justificação a ser exibido é mais baixo, pois o padrão de justificação a ser satisfeito pelo sujeito, nesse contexto, é mais baixo. Não há sentido em requerer mais razão ou justificação do que aquilo que é exigido num determinado contexto, pois, uma vez que o padrão do contexto foi satisfeito, o *status* justificatório já foi concedido às crenças do sujeito e, assim, as razões excedentes que poderiam ser oferecidas não irão acrescentar nada ao *status* já exibido pelo sujeito. No entanto, dizer isso não significa afirmar que as razões excedentes são inúteis ou irrelevantes, pois sempre seria possível pensar num aumento do padrão de justificação em determinado contexto e, nesse caso, tais razões poderiam ser requeridas no intuito de satisfazer esse novo padrão. Portanto, o contexto de justificação também determina o grau de justificação, ou a força da posição epistêmica, na qual o sujeito deve se encontrar para que possa ser atribuído com conhecimento. Pensar que o grau de justificação pode ser aumentado só parece fazer algum sentido se pensarmos que os padrões de justificação são, de fato, variáveis de acordo com os contextos, do contrário, uma vez que o limite requerido para justificação ou conhecimento fosse satisfeito, nem se colocaria a possibilidade de mais razões serem oferecidas; pois qual seria o sentido de aumentar o meu grau de justificação, ou a força de minha posição epistêmica, se já alcancei o limiar exigido?

Embora nossa tese do Contextualismo Justificacionista pareça ser muito plausível, algumas críticas poderiam ser levantadas. Imagine um sujeito, S_a , que pertence a um grupo social ou comunidade epistêmica em que os padrões para justificação e, por sua vez, para o conhecimento são muito rigorosos. Nesse contexto de justificação, não é atribuído conhecimento a S_a sobre uma determinada proposição P , pois S_a não satisfaz os padrões exigidos no seu contexto. No entanto, S_a poderia se dirigir a outro contexto no qual os padrões para o conhecimento são menos rigorosos. Nesse novo cenário seria atribuído conhecimento a S_a , com relação a P , pois dado que os padrões são mais relaxados, S_a conseguiria satisfazê-los (assumindo que as razões de S_a para crer que P se mantivessem as mesmas). O que a crítica contida nesse exemplo afirma é o fato de que essa tese contextualista permitiria uma ambiguidade para o “conhecimento”, ou seja, cada contexto (devido aos diferentes padrões de justificação que o governam) operaria com um conceito de conhecimento diferente, implicando ainda que se o nosso poder de raciocínio aumentasse ou diminuísse, o nosso conceito de “conhecimento” mudaria.

Como resposta a tal crítica sugiro que nos mantenhamos focados no conceito de justificação. Como já foi mencionado anteriormente, é amplamente aceito na literatura epistemológica que a justificação é dada em graus; assim, é possível que uma dada crença, digamos P , possua mais justificação do que outra crença, digamos Q . E isso não implica que Q não possa contar como um caso de conhecimento apenas por não gozar da mesma quantia de justificação que P . Dado que justificação é uma condição necessária para o conhecimento e tanto P quanto Q são justificadas, no caso de satisfazerem as demais condições para o conhecimento, ambas podem ser casos de conhecimento. O que parece ser revelado por essa reflexão é que “possuir justificação”, ou “ter boas razões”, é tomado como algo que, na verdade, significa estar “idealmente justificado”, que, por sua vez, é extremamente ambíguo – já que não se tem um valor exato a que ela se refira. No entanto, é somente por meio do contexto, como o concebemos aqui, que podemos eliminar tal ambiguidade, pois é ele que nos fornece os padrões que precisam ser satisfeitos para que esteja justificado. Assim, a justificação emerge ou é atribuída a um conjunto de crenças, para uma cadeia de razões – ou ainda, para uma única crença – quando o contexto assim determinar.

No caso anterior, mesmo que o S_a se mova para um contexto menos rigoroso, ele não poderia ser considerado como possuindo conhecimento de P . Não porque ele não satisfaça os padrões do contexto mais baixo, mas

porque ele ainda terá presente (internamente) as objeções propostas em seu contexto original, o que o impede de realmente conhecer P , a menos que lhe tivesse sido apagado da memória. No caso inverso, se S_a tivesse saído de um contexto mais relaxado – no qual ele satisfazia os padrões impostos por tal contexto e, portanto, tinha conhecimento – para um contexto mais rigoroso, no qual S_a não conseguisse satisfazer os padrões, a resposta seria claramente que ele não possui conhecimento justamente por não satisfazer os padrões impostos por esse novo contexto.

Outra crítica que poderia ser feita contra o Contextualismo Justificacionista é que ele não apresenta nenhuma alternativa com relação ao modo como a cadeia de razões deveria ser estruturada. Para entender melhor esse contextualismo, precisamos inverter a forma de como pensamos a estrutura das razões. Para o fundacionalista a estrutura é construída de trás para frente, ou seja, da crença básica (que representa o fim da cadeia e do regresso, mas também o início da transferência de justificação) para a crença que agora preciso justificar (que representa o início da cadeia, mas o fim da transferência de justificação). Assim como o infinitista, o contextualista inverte essa estrutura. A estrutura é pensada da frente para trás, ou seja, a partir da crença que agora preciso justificar (que representa o início da cadeia). Mas o que é realmente importante perceber é que, ao inverter essa estrutura, não podemos mais usar a metáfora da construção do saber como um edifício sendo construído da base ao topo. Para o contextualista, não importa se chegamos ao fim, pois a justificação é emergente, ou seja, o contexto faz com que a justificação seja originada em uma determinada cadeia de razões configurada de uma maneira específica, não importando se essa cadeia é finita (ou não) a única exigência é que não haja *question begging*.

Acredito que a análise fundacionalista sobre as crenças básicas – que originam a justificação e dão início à transmissão de justificação de forma inferencial – possa causar algumas confusões com a ideia de que justificação admite graus. Como pode a justificação ser pensada dessa maneira se, para essa análise fundacionalista, a justificação apenas é transmitida ao longo da cadeia de razões? Não faria muito sentido dizer que, ao longo do processo de transmissão da justificação, desde a crença básica, mais justificação poderia ser adicionada. O contextualismo, ao justificar – uma vez que faz o caminho inverso – pode honrar essa intuição, pois quanto mais longa for a cadeia de razões maior será o grau de justificação alcançado e maior será o número de padrões contextuais que conseguirá satisfazer. Assim, poderemos encontrar

cadeias de crenças com maior grau de justificação do que outras, mas somente o contexto pode determinar o grau necessário para o conhecimento.

A tese sobre justificação defendida aqui é uma tese que se caracteriza essencialmente por possuir uma natureza social, na medida em que consideramos que os padrões de justificação determinados contextualmente não podem ser dissociados das práticas sociais e das normas de justificação de uma determinada cultura, grupo ou comunidade de pessoas. Assim, informações socialmente compartilhadas, crenças, teorias sustentadas por outros e práticas sociais irão desempenhar um papel importante na justificação, pois, em parte, irão determinar o tipo de exigência ou de objeção que poderia ser levantado e que faz com que o padrão de justificação de um contexto aumente ou diminua.

Considere que, em uma comunidade X, grande parte da justificação exibida pelos indivíduos para suas crenças advém do testemunho dos antigos, cuja autoridade é respeitada. Nossa comunidade, entretanto, não concede a mesma autoridade ao testemunho dos antigos; na verdade, não concede quase nenhuma autoridade. Nossas práticas epistêmicas diferem. Mas do fato de que a justificação possui um caráter essencialmente social não se segue que tais práticas e normas não possam ser questionadas e nem que a justificação seja subjetiva. Pelo contrário, as normas e as práticas permanecem sendo epistêmicas, ou seja, a condução à verdade e a tentativa de se evitar o erro continuam sendo objetivos primordiais. Assim, no caso da comunidade X que se fia demasiadamente no testemunho e na autoridade dos mais velhos, essa autoridade poderia ser questionada caso fosse suspeitado que essa prática estivesse produzindo mais crenças falsas do que verdadeiras.

Considerações finais

Como vimos, as teses que tradicionalmente tentam resolver o problema do regresso ainda enfrentam problemas sérios que comprometem sua plausibilidade. Todas elas parecem entrar em conflito quando pensamos as implicações da justificação proposicional e doxástica. A tese do Contextualismo de Justificação parece lidar com isso de maneira mais adequada sem incorrer em implicações conflitantes, uma vez que o contexto fornece *status* justificatório para ambas. Além disso, a tese aqui defendida parece responder adequadamente quando é apropriado interrompermos o regresso, bem como qual é o grau de justificação requerido para o conhecimento. Ambas as questões são resolvidas pelo contexto no qual o agente epistêmico está inserido e que é responsável por determinar o grau

de justificação que o agente epistêmico deve satisfazer e, ao mesmo tempo, fornece as condições apropriadas para que o regresso seja interrompido. É possível que mais precise ser esclarecido e argumentado sobre a tese aqui oferecida, mas isso será objeto de discussão em outra oportunidade.

Referências

ALSTON, W. Concepts of epistemic justification. *Monist*, v. 68, n. 1, p. 177-193, 1985.

_____. *Beyond "Justification": dimensions of epistemic evaluation*. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

ANNIS, D. A contextualist theory of epistemic justification. *American Philosophical Quarterly*, v. 15, n. 3, p. 213-219, Jul. 1978.

AUDI, R. *The structure of justification*. New York: Cambridge, 1993.

BONJOUR, L. *The structure of empirical knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

COHEN, S. Knowledge, contexts, and social standards. *Synthese*, v. 73, n. 1, p. 3-26, 1987.

_____. Contextualism, skepticism, and the structure of reasons. *Philosophical Perspectives*, v. 13, Supplement: Philosophical Perspectives, 13, Epistemology, p. 57-89, 1999.

CONEE, E.; FELDMAN, R. Evidentialism. *Philosophical Studies*, v. 48, n. 1, 1985.

DeROSE, K. Contextualism and knowledge attribution. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 52, n. 4, p. 913-929, 1992.

_____. Solving the skeptical problem. *Philosophical Review*, v. 104, n. 1, p. 1-52, 1995.

FELDMAN, R. *Epistemology*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002.

_____. Foundational beliefs and empirical possibilities. *Philosophical Issues*, v. 14, n. 1, p. 132-148, out. 2004.

KLEIN, P. *Certainty, a refutation of scepticism*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1981.

_____. Human knowledge and the infinite regress of reasons. *Noûs*, v. 33, n. 1, suplemento s13, p. 297-325, out. 1999.

_____. Inûitism is the only solution to the epistemic regress problem. In: STEUP, Matthias; SOSA, Ernest (Ed.). *Contemporary debates in epistemology*. Malden: Blackwell, 2005a.

_____. Reply to Ginet. In: STEUP, Matthias; SOSA, Ernest (Ed.). *Contemporary debates in epistemology*. Malden: Blackwell, 2005b.

_____. Human knowledge and the infinite progress o reasoning. *Philosophical Studies*, n. 134, p. 1-17, 2007a.

_____. How to be an infinitist about doxastic justification. *Philosophical Studies*, n. 134, p. 25-29, 2007b.

KNANVIG, J. *The value of knowledge and the pursuit, of understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LEWIS, D. Elusive knowledge. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 74, p. 549-567, 1996.

POLLOCK, J. *Knowledge and justification*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

POLLOCK, J.; CRUZ, J. *Contemporary theories of knowledge*. 2. ed. New York: Rowman & Littlefield, 1999.

Submetido em 28 de agosto de 2012 e aprovado em 8 de julho de 2013.